

Ascensão de Mercadante

Rodrigo Ferreira de Araujo Souza*

12 de julho de 2013

No espaço deixado pela pouca expressividade dos quadros do governo, Aloizio Mercadante entra no Palácio do Planalto cada vez mais seguro do seu papel de conselheiro e articulador político de Dilma Rousseff. Neste posto, o atual ministro da Educação, articula com a base no Congresso, realiza pronunciamentos e reuniões no Planalto sobre as manifestações populares e, em alguns momentos, trata sobre os projetos para a educação do país. E é desta forma que Mercadante tenta construir e solidificar o seu caminho para o posto de chefe da Casa Civil, que deverá ficar vago com a candidatura de Gleisi Hoffmann ao governo do Paraná.

Com baixo prestígio e certa resistência do ex-presidente, o atual ministro da Educação não conseguiu ocupar um posto na esplanada durante todo o governo Lula. Em função disso, ele aproveitou a janela de oportunidade que lhe foi apresentada: aceitou ser o candidato do PT ao governo de São Paulo em 2010, mesmo com uma derrota previamente anunciada. Após ser vencido por Geraldo Alckmin (PSDB) ainda no primeiro turno, Mercadante ganhou capital político com o seu sacrifício e, em 2011, foi nomeado para o primeiro escalão da administração de Dilma Rousseff.

Com ampla experiência no legislativo, cofundador do PT e coordenador das campanhas presidenciais de Lula em 1989 e 2002, o ex-senador chegou à esplanada em um cargo pouco expressivo politicamente: ministro da Ciência e Tecnologia. Avaliado como um ministro “dedicado”, segundo a análise do Planalto, Aloizio Mercadante marcou a sua gestão no MCTI com o lançamento do programa Ciência sem Fronteiras (bolsas de estudos nas principais universidades do exterior para estudantes) e pelas negociações com a Foxconn, fabricante dos produtos da Apple, para a produção de tablets e smartphones no Brasil.

Além de sua militância no PT, o trabalho de Mercadante no MCTI habilitou-o junto à presidente para assumir, em janeiro de 2012, o lugar de Fernando Haddad na gestão do Ministério da Educação (MEC). Desta forma, ele saiu da “margem científica” das políticas do governo para administrar um Ministério de mais visibilidade política no âmbito nacional. Em um ambiente com forte presença petista, o novo ministro impôs o seu ritmo de trabalho e, com perspicácia na condução dos trabalhos internos, obteve o respeito dos técnicos do MEC. E, neste novo posto, Mercadante ganhou destaque ao conseguir aplicar o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) sem os graves erros de segurança que abalaram a credibilidade da prova e marcaram os últimos anos da gestão de Haddad.

Em meio a esse processo de ascensão na esplanada, o ministro da Educação aproveita a oportuna instabilidade ocasionada pelas manifestações populares de junho para extrapolar as suas atribuições e se consolidar como conselheiro presidencial. Com essa nova atribuição, exercida também por Fernando Pimentel, Lula e João Santana (marqueteiro do PT), Mercadante usufrui de espaço para expor as suas ideias e até discordar de Dilma diante de outros interlocutores – com muito jeito e tato.

Neste cenário e praticamente excluído do projeto de Lula de “novos candidatos”, Aloizio Mercadante já declarou que não será candidato ao governo de São Paulo e que ficará com Dilma. Assim, ele abriu caminho para que Lula invista na propulsão de seu candidato preferido, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na conquista do principal estado do PSDB. Além disso, com a negativa, Mercadante expõe o seu interesse em continuar seguindo de perto as diretrizes da presidente, quiçá no gabinete da Casa Civil.

Porém, engana-se aquele que julga que a ida de Mercadante para a Casa Civil poderá mudar o perfil de negociação do Planalto com o setor privado ou Congresso. A característica do governo continuará a mesma, fruto do centralismo presidencial de Dilma. E essa peculiaridade dessa segunda administração petista não irá ser amenizada com a possível nomeação de Mercadante, que sofre com certa resistência de alguns setores do Congresso e baixa aceitação pelo empresariado.



* Rodrigo Ferreira de Araujo Souza é graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), com MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Trabalha na área de Relações Governamentais desde 2007.

Artigo de opinião: A análise exposta neste texto é fundamentada nas impressões pessoais do seu autor, não representando posicionamento da empresa.